VISUALIZAÇÃO DA AÇÃO DE EXTENSÃO

DADOS DA AÇÃO DE EXTENSÃO

Código:	PJ746-2026
Título:	Observatório de Políticas e Ações Afirmativas/OPAAS
Ano:	2026
Período de Realização:	01/02/2026 a 31/12/2027
Tipo:	PROJETO
Situação:	EM EXECUÇÃO
Município de Realização:	
Espaço de Realização:	
Abrangência:	Internacional
Público Alvo:	discentes de graduação e pós-graduação, técnicos/as, docentes
Unidade Proponente:	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA - EM REDE NACIONAL /
Departamento de Execução:	DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA CEAD
Unidade Orçamentária:	/
Outras Unidades Envolvidas:	
Área Principal:	Educação
Área do CNPq:	Ciências Humanas
Fonte de Financiamento:	AÇÃO AUTO-FINANCIADA
Convênio Fapesc:	NÃO
Renovação:	NÃO
Nº Bolsas Solicitadas:	0
Nº Bolsas Concedidas:	0
Nº Discentes Envolvidos:	7
Faz parte de Programa de Extensão:	SIM
Público Estimado:	7000 pessoas
Público Real Atendido:	Não informado
Tipo de Cadastro:	SUBMISSÃO DE NOVA PROPOSTA

Contato

Coordenação:	MARIA HELENA TOMAZ
E-mail:	**maria.tomaz@udesc.br**
Telefone:	

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

#	Descrição
1	Erradicação da Pobreza
3	Saúde e Bem-Estar
4	Educação de Qualidade
5	Igualdade de Gênero
8	Trabalho Decente e Crescimento Econômico
10	Redução das Desigualdades
16	Paz, Justiça e Instituições Eficazes
17	Parcerias e Meios de Implementação

Detalhes da Ação

Resumo:
As atividades desenvolvidas no "Observatório de Políticas de Ações Afirmativas (OPPAS)" dialogam com o Programa de Ações Afirmativas da UDESC, regulamentado pela Resolução No 017/2011 CONSUNI e suas posteriores alterações, a produção da Política de Ações Afirmativas e Diversidades da UDESC,que são

instrumentos de promoção da inclusão social e étnico-racial para efetivar a diversidade cultural e a luta da erradicação das desigualdades. O Projeto envolve um coletivo composto por discentes e pesquisadores/as associados/as - internos e externos- do Núcleo, dessenvolvendo ações de extensão, pesquisa e ensino de forma indissociável, em parceria com núcleos, laboratórios e coletivos internos e externos à Universidade. A abrangência nacional se caracteriza com ações extensionistas em parceria com a Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as – ABPN, Consórcio de NEABs, NEABIs e grupos correlatos – CONNEABs, e internacional com a Escola Superior Pedagógica do Bengo, Red Educación Superior y Pueblos Indígenas y Afrodescendientes en América Latina (Red ESIAL), Cátedra Unesco Educação Superior e Povos Indígenas e Afrodescendentes na América Latina da Universidade Nacional de Três de Febrero (Untref), Institución Universitaria Politécnico Grancolombiano- POLI, entre outros, aliadas ao ensino, pesquisa e gestão na modalidade presencial e online com o aporte de recursos tecnológicos, mídia e redes sociais do NEAB/UDESC, da instituição, dos Centros, laboratórios, núcleos e coletivos parceiros, como dispositivos de informação, comunicação, disseminação e realização das atividades desenvolvidas no Brasil, Angola, Argentina e Colômbia.

Palavras-Chave:
Ações Afirmativas. luta antirracista, transformação de práticas sociais, letramento racial

Justificativa:
Articulado com a pesquisa "Estudo comparado: Ações Afirmativas para população negra, quilombolas e comunidades indígenas – UDESC/SC – UNIFESSPA/PA" o Projeto também estabelece a execução de ações com parceria interinstitucional buscando subsidiar as discussões sobre a ampliação das ações afirmativas na UDESC, a partir de experiências exitosas da UNIFESSPA junto às comunidades quilombolas e povos originários. O Programa também está articulado à Pesquisa em andamento: "Ações afirmativas na UDESC e suas implicações nos currículos dos cursos de graduação" que retoma a discussão junto aos Projetos Pedagógicos dos Cursos servindo de material fundamentado para as discussões curriculares com a Pró-Reitora de Ensino da UDESC. A nível externo, a execução das ações do Programa também está articulada com escolas e instituições governamentais estaduais e municipais das redes de ensino, além de movimentos sociais, organizações não governamentais e grupos comunitários que reforçam os objetivos propostos das ações extensionistas direcionadas para a comunidade catarinense: articuladas à pesquisa e ensino e formação de professores, que envolvem o desenvolvimento da política de Diversidade, Direitos Humanos e Ações Afirmativas, com vistas a garantir os direitos de pessoas negras, indígenas, quilombolas, dentre outros grupos histórica e socialmente subalternizados de forma interseccional no âmbito educacional. Com a articulação das muitas atividades que foram desenvolvidas, o Projeto se constitui como um espaço de interlocução e formação de professores e gestores, de disseminação de debates e estimulação da produção de estudos acerca das experiências históricas e educacionais das populações de origem africana no Estado de Santa Catarina; de aproximações do trabalho acadêmico de pesquisadores/as, professores/as e alunos/as com as atividades realizadas por instituições da sociedade civil; de debates internos na UDESC e externos sobre a constituição e consolidação de políticas afirmativas; e de referência ao acesso de produções e informações acerca da história da cultura africana, afro-brasileira, afro-catarinense e indígena, legislações e políticas públicas destacando a visibilidade de grupos que desenvolvem trabalhos com afinidade com essas temáticas (Cardoso et al, 2016). Assim, Articulado com a efetivação dessa política pública de diversidade na Universidade, o projeto assume sua importância no Programa ao direcionar suas ações extensionistas para o acesso e permanência de estudantes com novos perfis em suas diversidades - negros, indígenas e quilombolas - para além daqueles tradicionalmente ingressantes no ambiente acadêmico. O ingresso desses sujeitos de direitos demanda ações de acolhimento e reconhecimento, com a implementação de novos recursos, currículo, estruturas de gestão adequadas e práticas de informação e formação de seu corpo docente, técnico administrativo e discente para enfrentamento e superação de preconceitos na entrada, permanência e conclusão de curso. Visa o diálogo com o cotidiano das ações afirmativas praticadas no âmbito da UDESC e da comunidade em geral, de modo a dinamizar a reflexão e ações extensionistas referentes à temática: ações afirmativas voltadas para secundaristas, graduandos e pós-graduandos, docentes e técnicos a partir da perspectiva étnico-racial e suas interseccionalidades. E desenvolver ações correlatas ao processo de avaliação e ampliação da Lei de Cotas, em ampla discussão processual nacional.

Fundamentação Teórica:
Enfatiza-se que reconhecer a presença indígena e africana no construto da sociedade brasileira não significa promover o apagamento de outras culturas que também contribuíram no quadro social, econômico e cultural brasileiro (TOMAZ et al, 2018). Assim, não se trata de liquidar a cultura europeia dos espaços escolares ou educacionais, mas, sobretudo e principalmente, que a contribuição dos diferentes povos para a humanidade esteja presente, "não como uma lista, sequência de dados e informações, mas como motivos e meios que conduzam ao conhecimento, compreensão, respeito recíprocos, a uma sociedade justa e solidária" (SILVA, 2010, p. 41). Henriques (2006, p.9) destaca a proposição de "uma agenda pública para o Sistema Nacional de Ensino, que promova a diversidade sociocultural, extrapolando o seu mero reconhecimento, patamar já afirmado em diversos estudos sobre nossa sociedade, os quais derivam, em sua grande maioria, de celebrações reificantes da produção cultural de diferentes grupos sociais, que folclorizam manifestações produzidas e reproduzidas no dia-a-dia, das dinâmicas sociais e reduzem os valores simbólicos que dão coesão e sentido aos projetos e às práticas sociais de inúmeras comunidades". Urge, portanto, reelaborar a formação docente inicial e permanente em que os conteúdos acerca da História e da Cultura Afro-indígena se façam, de fato, presentes nas práticas didáticas, caracterizadas pela interlocução entre as áreas do conhecimento. Na tessitura desse processo o conhecimento, a divulgação, interlocução e preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural das populações de origem africana e indígena objetivam dar visibilidade as suas múltiplas experiências e vivências que são possíveis geradoras de transformações nas narrativas oficiais e hegemônicas sobre a constituição do Brasil (GOMES, 2011). Quando discutimos identidades, estamos dizendo que o poder deslegitima umas em detrimento de outras. O debate, portanto, não é meramente identitário, mas envolve pensar como algumas identidades são aviltadas e ressignificar o conceito de humanidade, posto que pessoas negras, em geral, e mulheres negras, especificamente, não são tratadas como humanas. Por meio de narrativas de resistência e de ancestralidade, é possível reconfigurar questões atreladas à identidade. Para Munanga (2012), na obra Negritude: usos e sentidos, a "identidade perfeita" é vista como aquela que valoriza a cultura e faz com que o negro e a negra se identifiquem e se orgulhem; corresponderia à presença simultânea de três fatores (histórico, linguístico e psicológico). O fator histórico, sob o ponto de vista de Munanga (2012), parece o mais importante, à medida que constitui o "cimento cultural" que une os elementos diversos de um povo por meio do sentimento de continuidade histórica vivido pelo conjunto de sua coletividade. O autor pontua que o essencial para cada povo "é reencontrar o fio condutor que o liga a seu passado ancestral o mais longínquo

possível.” (MUNANGA, 2012, p. 12). Conforme as contribuições de Munanga (2012), é por meio da história, longínqua e ancestral, que o povo se esforça para conhecer sua verdadeira origem e, assim, transmiti-la às gerações futuras. Convém relembrar nesta proposta que o afastamento e a destruição da consciência histórica foram estratégias usadas no período da escravização e da colonização para que fosse destruída e mascarada a memória coletiva dos então escravizados e colonizados. A partir da história, portanto, a linguística pode contribuir para se pensar conteúdos velados e, desta forma, harmonizar a questão do psicológico. Portanto, as ações do Programa têm o compromisso de problematizar tal discussão, de fortalecer a subversão dos mecanismos de regulação de determinadas práticas e de romper com os silenciamentos históricos e culturais produzidos, ainda, na sociedade brasileira sobre as mulheres afro-brasileiras, incluindo nesse processo as mulheres quilombolas e indígenas. Além disso, objetiva destacar seus protagonismos, suas histórias de resistências, seus processos de (re)significação no mundo, sua verdadeira cultura de modo positivo, integrando-os aos objetivos do Projeto.

Metodologia:

- Elaboração do Planejamento Operacional com as escolas e coletivos parceiros, com a descrição da periodicidade e responsáveis e as processuais retomadas; - Elaboração dos Planejamentos Pessoais dos bolsistas envolvidos com avaliações diagnósticas de avanços e problemáticas pertinentes; - Elaboração do Planejamento Operacional com as escolas e coletivos parceiros, com a descrição da periodicidade e responsáveis com suas processuais retomadas; Elaboração dos Planejamentos Pessoais dos bolsistas envolvidos com avaliações diagnósticas de avanços e problemáticas pertinentes; - Continuação dos Seminário online 'Diálogos Institucionais: reflexões e proposições de práticas antirracistas nas universidades brasileiras' em parceria com a Cátedra Unesco Educação Superior e Povos Indígenas e Afrodescendentes na América Latina, sediada na Universidad Nacional de Tres de Febrero (UNTREF); Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros de IES parceiras e coletivos sociais parceiros na Campanha pela Erradicação do Racismo no Ensino Superior: http://unesco.untref.edu.ar/actividades - Produção de material multimídia sobre políticas de ações afirmativas para disseminação nos Centros de Ensino da UDESC, escolas secundaristas, EJA e comunidade em geral; - Articulação de ações com escolas parceiras do Programa com ensino secundário e EJA, e coletivos sociais parceiros para realização de encontros e oficinas que disseminem o conhecimento e compreensão da implantação da política institucional de ações afirmativas da UDESC como fomento de democratização de acesso e permanência de alunos provenientes dos diversos grupos atendidos na universidade; - Política de acolhimento com encontros planejados envolvendo alunos negros, indígenas e quilombolas, cotistas, intercambistas e PEC-G, na graduação e pós-graduação da UDESC. - Parcerias de ações de intercâmbio com a Escola Superior Pedagógica do Bengo - Angola envolvendo discentes, docentes e técnicos envolvidos no Programa, envolvendo a extensão, pesquisa, ensino e gestão de forma indissociável. - Parcerias com pré-vestibulares comunitários comprometidos com a permanência dos estudantes nas IES, formação de educadores e retorno social às comunidades e territórios ocupados; - Auxílio na proposição de ações de formação permanente na UDESC em parceria com a Comissão de Ações Afirmativas e Diversidades e Secretaria de Assuntos Estudantis, Ações Afirmativas e Diversidades para disseminar o conhecimento e compreensão da implantação da política institucional entre discentes, professores e técnicos e fomentar a democratização de acesso e permanência na universidade; - Articulação com a pesquisa “Estudo comparado: Ações Afirmativas para população negra, quilombolas e comunidades indígenas – UDESC/SC – UNIFESSPA/PA” para subsidiar as discussões sobre a ampliação das ações afirmativas na UDESC, a partir de experiências exitosas de uma outra IES junto às comunidades quilombola e povos originários; - Fortalecimento do Grupo de Estudos - Ações Afirmativas na IES: negros, indígenas e quilombolas; - Continuidade do desenvolvimento da investigação “Ações afirmativas na UDESC e suas implicações nos currículos dos cursos de graduação” para subsidiar as discussões sobre as transformações ou permanências das matrizes curriculares do Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos; - Continuidade da organização e publicação do Memorial Ações Afirmativas na UDESC resgatando as primeiras ações realizadas no Curso de Pedagogia do CEAD desde 1999: as 40 Antonietas em parceria com o Projeto Caminhando com Antonieta de Barros: Narrativas de resistência e ancestralidade; Intercâmbio de informações, de formação, de ações de extensão, pesquisa e ensino com outros Observatórios de Ações Afirmativas existentes nas IES brasileiras.

Referências:

ARROYO, M. G. (2013). Currículo, território em disputa. Petrópolis: Vozes. BILGE, S. Théorisations féministes de l'intersectionnalité. Diogène, 2009, 1 (225): 70-88. Trad. Helena Hirata. BORGES, R. da S. Pensando a transversalidade de gênero e raça. In: SANTOS, G. e SILVA, M. P. da. Racismo no Brasil: percepções da discriminação e do preconceito no século XXI. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p.63-69 BRASIL. Lei No 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira', e dá outras providências. BRASIL. Lei No 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. BRASIL. Parecer CNE/CP No 3, de 10 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. CARDOSO, P. de J. S. et al. Programa Memorial Antonieta de Barros 2016. Anais do 7o Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Ouro Preto: UFOP, 2016. Recuperado em 04 de julho de 2019 de: https://www.eventsystem.com.br/admin/arquivos/7cbeu/submissoes/anais/1b3ddb36abe675b6582c72fad4564e23.pdf CARNEIRO, A. S. A Construção do Outro como Não-ser como fundamento do Ser. São Paulo: FUESP, 2005. EVARISTO, C. Depoimento. Entrevista concedida a Bárbara Araújo Machado. Rio de Janeiro, 30 de setembro de 2010. FONSECA, M. V.; BARROS, S. A. P. (orgs,). (2016). A História da Educação dos Negros no Brasil. Niterói: EdUFF. GADOTTI, M. Extensão Universitária: Para quê? GOMES, N. L.; SILVA, P. B. G. da. (orgs). Experiências étnico-culturais para a formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. HENRIQUES, R. Texto de apresentação. In: LUCIANO, G. dos S (org). O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013. KRENAK, Ailton; PIMENTA, Angelise Nadal. Uma colônia nos trópicos. IN: Culturas indígenas, diversidade e educação / Sesc, Departamento Nacional. – Rio de Janeiro : Sesc, Departamento Nacional, 2019. MORENO, J. C. Apropriações e representações sobre a(s) identidade(s) brasileiras(s) em livros didáticos de História (1971-2011). São Paulo: UNESP. Tese de doutorado, 2013. Recuperado em 28 de agosto de 2017 de:

https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103146/000725119.pdf;jsessionid=E97934B5925CB68A9CECB622996A1087?sequence=1 MUNANGA, K. Negritude: usos e sentidos. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. OLIVEIRA NETO, L. de, Marcelo Carbone Carneiro e Paulo Noronha Lisboa Filho (org). 2015. Universidade e sociedade. São Paulo: Cultura Acadêmica. OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ́. Matripotency: Ìyá in philosophical concepts and sociopolitical institutions. What Gender is Motherhood? Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2016, capítulo 3, p. 57-92. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. PASSOS, L.; PASSOS, L.; TOMAZ, M. H. Cultura afro-indígena e os desafios para o professor: construções identitárias, formação e prática docente reflexiva. In: PINHAL, J., CAVACO, C., CARDONA, M.J., COSTA, F., MARQUES, J. & FARIA, R. (orgs.). A Escola: Dinâmicas e Atores. Atas do XXIV Colóquio da AFIRSE Portugal. Lisboa: AFIRSE Portugal e Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2018. PASSOS, L.; TOMAZ, M. H. Experiências sobre inovação curricular - Etnomatemática por meio de jogos africanos: currículo e prática pedagógica. Livro de Atas do IV Colóquio Luso-Afro Brasileiro de Questões Curriculares, Lisboa/Portugal, 2018. RIBEIRO, D. Quem tem medo do feminismo negro? São Paulo:Companhia das Letras, 2018. SANTOS JÚNIOR, A. L. A extensão Universitária e os entre-laços de saberes. Salvador: UFBA (Tese de doutorado), 2013. SILVA, P. B. G e. Estudos Afro-brasileiros: Africanidades e Cidadania. In: ABRAMOWICS, A.; GOMES, L. N. (org). Educação e raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 37-54. SILVA, T. T. da. (org.). Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. TOMAZ, M. H. et al. A Diversidade como elemento fundante da atualização curricular da Proposta Curricular de Santa Catarina.

Objetivos Gerais:
Geral: - desenvolver ações direcionadas para o combate ao racismo e ao preconceito, a promoção da igualdade e da diversidade como elemento fundante da constituição dos seres humanos e o fortalecimento de identidades que auxiliem coletivizar conhecimentos e experiências voltadas às temáticas referentes a relações étnico-raciais, políticas de ações afirmativas, cultura afro-brasileira, afro-catarinense e indígena, gênero e sexualidade, além de outras diversidades a partir de uma abordagem interseccional. Específicos: 1.Estabelecer um fórum de articulação, discussão e reflexão crítica e um espaço de referência na proposição de ações que fomentem e fundamentem a afirmação de direitos, conquistas e resistências, a crítica epistemológica do pensamento único, a visibilidade de produções ancestrais e contemporâneas diversas que foram desconsideradas na constituição histórica do Brasil, o combate a segregação e preconceito nos espaços sociais e na produção acadêmica, a luta antirracista e as intolerâncias de todas as ordens que fortaleçam processos de inclusão e permanência na Universidade e na sociedade; 2.Contribuir com a ampliação da Política de Ações Afirmativas da UDESC juntamente com outros segmentos da IES que abordam a temática, como dispositivo de promoção da inclusão social e étnica respeitando a diversidade cultural e contribuindo para a luta da erradicação das desigualdades; 3.Acompanhar e contribuir com ações institucionais em parceria com a UDESC, para fomentar a permanência e conclusão de curso dos(as) acadêmicos(as) ingressantes pelo Política de Ações Afirmativas da instituição; 4.Promover estratégias de sensibilização e formação para professores e técnicos-administrativos da UDESC na direção da conscientização e formação na construção de uma universidade que propiciem práticas que privilegiem a inclusão social e étnica respeitando a diversidade cultural e contribuindo para a luta da erradicação das desigualdades; 5. Desenvolver formação permanente específica envolvendo os participantes no projeto, de modo que qualifiquem sua expertise referentes à estratégias educativas e gestão da informação pertinentes as ações afirmativas e luta antirracista; 6- Fortelecer a rede de ações interinstitucionais e internacionais existente na América Latina, contribuindo para adensar a luta antirracista, equidade, direitos humanos, acessibilidade e inclusão, na perspectiva interseccional.

Resultados Esperados:
1) a articulação entre ensino e pesquisa com as demandas da sociedade; 2) a articulação entre teoria e prática na produção do conhecimento; 3) a democratização do conhecimento acadêmico; 4) o diálogo e a interação entre a universidade e a sociedade; 5) a contribuição para a reformulação nas concepções e práticas curriculares; 6) a construção de uma prática acadêmica que contribua para formação e qualificação de um profissional ético preocupado com a transformação das práticas sociais, pautado na ética, na cooperação, na solidariedade, na construção da cidadania; 7) Interinstitucionalização e internacionalização das ações de extensão, ensino, pesquisa e gestão de forma indissociável.

Membros da Equipe

Nome	Categoria	Função	Departamento	Situação	Início	Fim
MARIA HELENA TOMAZ	SERVIDOR	COORDENADOR(A)	CEAD-PROFEI	Ativo Permanente	01/02/2026	31/12/2027
SABRINA APARECIDA DA SILVA	SERVIDOR	COLABORADOR(A)	CEART-DEG	Ativo Permanente	01/02/2026	31/12/2026
[redacted]	DISCENTE	DISCENTE BOLSISTA			01/02/2026	31/12/2026
	DISCENTE	DISCENTE VOLUNTÁRIO(A)			01/02/2026	31/12/2026
	DISCENTE	DISCENTE BOLSISTA			01/02/2026	31/12/2026
	DISCENTE	DISCENTE BOLSISTA			01/02/2026	31/12/2026
	DISCENTE	DISCENTE BOLSISTA			01/02/2026	31/12/2026
	DISCENTE	DISCENTE VOLUNTÁRIO(A)			01/02/2026	31/12/2026

Nome	Categoria	Função	Departamento	Situação	Início	Fim
[redacted]	DISCENTE	DISCENTE VOLUNTÁRIO(A)			01/02/2026	31/12/2026
CLEIA DEMETRIO PEREIRA	DOCENTE	PARTICIPANTE	CEAD-DPD	Ativo Permanente	01/02/2026	31/12/2027
ANA FLAVIA GARCEZ	DOCENTE	PARTICIPANTE	CEAD-DPD	Ativo Permanente	01/02/2026	31/12/2027
FABIO NAPOLEAO	DOCENTE	PARTICIPANTE	CEAD-DPD	Ativo Permanente	01/02/2026	31/12/2027
SOELI FRANCISCA MAZZINI MONTE BLANCO	DOCENTE	PARTICIPANTE	CEAD-DECT	Ativo Permanente	01/02/2026	31/12/2027
VERA MARCIA MARQUES SANTOS	DOCENTE	PARTICIPANTE	CEAD-DPD	Ativo Permanente	01/02/2026	31/12/2026
ANDREIA SOUSA DA SILVA	DOCENTE	PARTICIPANTE	FAED-DBI	Ativo Permanente	01/02/2026	31/12/2026

Discentes com Planos de Trabalho

Nome	Vínculo	Situação	Início	Fim

Discentes não informados

Ações das quais o PROJETO faz parte

Código - Título	Tipo
PG147-2026 - Programa de Extensão Memorial Antonieta de Barros - Proposta Permanente - 2º Biênio	PROGRAMA

Arquivos

Descrição Arquivo
Programa Permanente Memorial Antonieta de Barros

Lista de Unidades Envolvidas na Autorização da Proposta

Autorização	Data Análise	Autorizado

SIGAA | Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - (48) 3664-8000 | Copyright © 2006-2026 - UDESC - sig-prod-sigaa-01.producao-01